

REQUERIMENTO Nº 260/18

Senhor Presidente,

CONSIDERANDO que o art. 10, § 2º da Lei nº 11.788/08 estabelece o direito ao estagiário da redução de jornada em períodos de avaliação;

CONSIDERANDO que a legislação em questão não prevê a possibilidade de desconto dos vencimentos dos estagiários referente às horas reduzidas em períodos de avaliação;

CONSIDERANDO que, assim como as demais normas, esta não deve ser interpretada de forma estrita em desfavor do trabalhador;

CONSIDERANDO o Princípio da Legalidade e da Condição mais benéfica ao trabalhador;

CONSIDERANDO que a Lei nº 11.788/08 através de seu art. 3º, §2º, bem como doutrinas e jurisprudência, definem que o descumprimento e a inconformidade da relação contratual entre a Empresa e o Estagiário, podem ensejar em eventual reconhecimento de vínculo empregatício;

CONSIDERANDO o requerimento assinado pelos estagiários, com protocolo sob o nº 4651/1/2018.

REQUEIRO à Mesa, regimentalmente, sejam, nos termos do art. 17 da LOMA, solicitadas ao Excelentíssimo Prefeito de Adamantina, junto à Procuradora Geral do Município, dentro do prazo do art. 74 XVI da LOMA, as seguintes informações:

1) Os estagiários desta prefeitura, em especial os que atuam na Procuradoria Municipal, tem direito à redução de carga horária em período de avaliações, conforme prevê o art. 10, § 2º da Lei dos estagiários (Lei Federal nº 11.788/08) e o item 42 da Cartilha do Estágio publicada pelo Ministério do Trabalho?

2) O Município tem descontado as horas reduzidas nos períodos de avaliação de algum estagiário?

Em caso positivo, REQUEIRO seja interrompido o desconto e sejam realizadas as devidas restituições aos estagiários que tiveram seus vencimentos descontados pela redução da jornada nos períodos de avaliação na instituição de ensino, sob risco de encaminhamento do caso ao Ministério Público do Trabalho.

Plenário Vereador José Ikeda, 15 de outubro de 2018.

ALCIO ROBERTO IKEDA JÚNIOR

Vereador